

# MEMÓRIA INDÍGENA, ARQUEOLOGIA E PATRIMÔNIO CULTURAL: REFLEXÕES SOBRE A PRESENÇA INDÍGENA NAS NARRATIVAS SOBRE A FUNDAÇÃO DE OLINDA

Ricardo Pinto de Medeiros

## Resumo

O presente artigo é fruto de pesquisa realizada no âmbito do projeto “*Marim dos Caetés: Arqueologia e História Indígena no município de Olinda*” com o objetivo de fornecer informações, que pudessem contribuir na interpretação dos dados arqueológicos obtidos na escavação do “*Sítio do Campo*”; bem como no desenvolvimento de ações que contribuíssem no processo de conscientização e engajamento da comunidade na preservação do seu patrimônio cultural. Buscou-se acompanhar como foi representada e modificada ao longo do tempo, a presença indígena na fundação da cidade nos mitos, narrativas e imagens existentes desde o período colonial; a localização espacial de aldeias e aldeamentos; e se era possível perceber manifestações de etnicidade construídas sobre territorialidades e fronteiras em constante movimento, fruto da política de alianças e guerras que caracteriza a cultura dos povos Tupi, antes e depois do contato com os europeus.

## Abstract

The present article is research fruit accomplished in the ambit of the project “*Marim dos Caetés: Archaeology and Indigenous History in the municipal district of Olinda-Pernambuco*” with the objective of supplying information, that could contribute in the interpretation of the archaeological data obtained in the excavation of the “*Sítio do Campo*”; as well as in the development of actions that would contribute in the understanding process and the community’s participation in the preservation of its cultural patrimony. It was looked for to accompany as it was represented and modified along the time, the indigenous presence in the foundation of the city in the myths, narratives and existent images from the colonial period; the space location of villages and indian settlements; and if it was possible to notice ethnicity manifestations built before on territorialities and borders in constant movement, fruit of the politics of alliances and wars that characterizes the Tupi’s peoples culture, before and after the contact with the Europeans.

A história de Olinda, ainda hoje, para o consumo do grande público, vem sendo tratada de maneira tradicional, relacionada à momentos e personagens marcantes: inicia-se com a Doação da Capitania a Duarte Coelho, a sua luta e de seus sucessores contra índios e franceses; a invasão holandesa, considerada o início da decadência, e a guerra dos mascates como marco da perda de hegemonia política. Após este período a cidade entra, segundo esta visão, num processo de estagnação e declínio político em relação ao Recife, que perdura até os dias de hoje.

Ainda que não valorizada, principalmente na atualidade, a presença indígena na história de Olinda é marcante, principalmente nos dois primeiros séculos da conquista e colonização do litoral norte da América portuguesa, tendo sido da capitania de Pernambuco, com forte participação dos índios aliados, de onde partiu-se para a conquista e consolidação do domínio português nas capitanias da Paraíba, Rio Grande, Ceará e Maranhão.

Neste momento inicial, que vai de meados do século XVI a meados do XVII, a população nativa que se encontrava no litoral entra em contato com os europeus que aqui chegavam e a partir daí, há uma série de conflitos, transformações e adaptações nos seus modos de vida e visão de mundo. As transformações pelas quais passaram, tanto os europeus quanto os nativos, podem ser imaginadas a partir das fontes que possuímos hoje relativas ao contato, que consistem principalmente nos vestígios da cultura material, nas fontes escritas produzidas pelos agentes colonizadores e nos trabalhos científicos a partir deles realizados, principalmente pelos arqueólogos, antropólogos e historiadores.

Nas narrativas sobre a fundação de Olinda, que foi durante o período analisado sede da capitania de Pernambuco e hoje é tombada como Patrimônio Mundial, pode-se observar, principalmente nas crônicas do período colonial e na produção histórica posterior, muitas versões sobre a importância dada ao elemento indígena enquanto agente no sucesso do empreendimento colonial. Neste sentido, selecionamos nas fontes consultadas as referências à presença indígena na fundação da vila de Olinda e na consolidação do domínio territorial da capitania de Pernambuco tentando perceber como de autor a autor e ao longo dos séculos vão se transformando as percepções e interpretações sobre os povos indígenas e sua participação na história local.

Assim, um dos objetivos deste artigo é analisar as narrativas mais recorrentes sobre a participação indígena na fundação de Olinda, de maneira a contextualizá-los enquanto construções discursivas

que se comunicam entre si, se transformam, se recriam e se extinguem ao longo dos séculos. Além disso, pretende-se, a partir da utilização de algumas contribuições da antropologia, principalmente sobre os Tupinambá e o conceito de etnicidade, levantar algumas questões que permitam refletir sobre a dinâmica cultural que envolveu os grupos indígenas existentes na região, principalmente após o contato com os europeus. A finalidade é recolocar em discussão a importância da presença indígena na história da cidade de Olinda, que permanece quase apagada, com exceção talvez do epíteto de Marim dos Caetés, tão cantado em verso e prosa na cultura local, mas pouco compreendido pela população nativa atual.

O que se observou na pesquisa realizada é que algumas narrativas têm vida longa, atravessando séculos, repetidas, recontadas, re-significadas, tendo sido selecionadas para análise aquelas onde o elemento indígena aparece com mais ênfase como: a chegada de Duarte Coelho à Capitania, a origem do nome Marim; o traço de limites traçado por Vasco Pereira de Lucena que deu origem à Igreja da Sé; o concubinato da índia convertida Maria do Espírito Santo Arco Verde com Jerônimo de Albuquerque como exemplo de formação de algumas das grandes famílias da elite pernambucana; e as relações de guerra e aliança dos capitães donatários com os índios inimigos e aliados.

Uma das primeiras informações sobre os grupos indígenas existentes na região onde hoje se localiza a cidade de Olinda, são as cartas de Duarte Coelho, primeiro donatário da capitania de Pernambuco ao rei de Portugal. Nestas cartas, em diversos momentos o mesmo se refere aos danos causados pela extração de pau-brasil, especialmente na exploração da mão-de-obra indígena e ocupação da capitania, da ação de salteadores e cativoiro de índios, além de dar alguns dados sobre possíveis fronteiras étnicas.

Em carta de 20 de dezembro de 1546, argumenta que uma das coisas que mais prejudica o aumento das terras é a extração de pau-brasil a vinte léguas das povoações que se começam a formar, especialmente na Nova Lusitania- como era chamada Olinda – por que o pau-brasil se encontrava muito para dentro do sertão e era muito trabalhoso, perigoso e custoso de se obter, e os índios extraíam-no de má vontade. Alega que o pau-brasil que havia extraído e mandado, por mercê do rei, foi produzido muito devagar, “*conforme a condição dos índios*”, e era muito custoso. No entanto, para os que recebiam mercê somente para extração de pau-brasil, sem terem de administrar a terra era mais barato, além disso, estavam criando problemas entre os índios:

*“Porque, por fazerem seu brasil, importunam tanto os índios e prometem-lhes tanta cousa fora da ordem, que metem a terra em desordem da ordem em que eu a tenho posto; e se lhes dão alguma cousa do que lhes prometem, deitam a perder o concerto e ordem que eu a tenho posto para o que convém ao trato deste brasil, quando Vossa Alteza quizer se ser vir dele. Porque não basta, Senhor, dar-lhes as ferramentas, como está em costume, mas, por induzir em os índios a fazer brasil, dão-lhes contas da Bahia e carapuças de penas e roupas de cores que homem aqui não pode alcançar para seu vestir, e, o que é pior, espadas e espingardas, (...) Até nos estorva este fazer de brasil o fazermos nossas fazendas, em especial os engenhos, porque quando estavam os índios famintos e desejosos de ferramentas, pelo que lhe dávamos nos vinham a fazer as lerdas e todas as outras obras grossas e nos vinham a vender mantimentos de que temos assaz necessidade, e, como estão fartos de ferramentas, fazem-se piores do que são e alvoroçam-se e ensoberbam-se e revoltam-se.”*<sup>1</sup>

Queixa-se que anda-se salteando por toda a parte, inclusive na sua capitania. Relata que no presente ano de 1546, chegaram do sul seis caravelões, como se tivessem vindo comerciar e percebendo que ele tinha interesse de participar na “empresa do sertão”, ofereceram-se para ir também, tendo ele prometido-lhes grande vantagens, fazendo bergantins novos, e quando menos esperava, partiram e foram salteando a costa da capitania: *“sem poder haver à mão senão um só, que salteou nos pitiguares, terra onde, há três anos agora, houve por resgate vinte e cinco ou trinta portugueses que ali se perderam. Todos os índios que traziam cativados lhos tomei e os tornei a mandar para suas terras, porque quando a fortuna der ali com alguns portugueses à costa, por ser ruim a paragem, ter-se-á esperança de os haver por resgate.”*<sup>2</sup>

Quase três anos depois, em carta escrita em Olinda, no dia 15 de abril de 1549, é possível perceber a percepção da distribuição dos grupos indígenas por parte do donatário:

*“Peço a Vossa Alteza que mande que do Cabo de Santo Agostinho até o Capibaribe-mirim, que é o extremo dos petiguares, que pode ser doze ou treze léguas pouco mais ou menos, ocupadas por uma só nação de índios, que nessa sobredita comarca não se faça brasil algum daqui a dez ou doze anos, para que a cousa se torne a meter em ordem, pois há tantos outros portos em que o podem fazer, assim do Cabo de Santo Agostinho até o Rio de São Francisco, que é na minha mesma costa, como daí para baixo e no litoral dos petiguares, que são de outras nações contrárias destes. E fazendo-o nesses sítios não nos causam dano; e a quem Vossa Alteza houver por bem de dar licença, quer na região dos petiguares, quer nos meus portos do sul, pode, Senhor, vir aqui para maior segurança, e toda ajuda e favor que eu lhes puder dar, dar-lhes-ei de boa vontade, assim para os petiguares, que*

*estão em distância daqui de doze, treze, quinze, vinte, trinta e quarenta léguas, tudo costa onde há brasil muito bom e mais barato que este daqui, assim pela desordem, como por estar a dez, doze, quinze léguas pelo sertão adentro, como querendo ir aos outros meus portos do cabo de Santo Agostinho para o sul, onde se acha outra nação contrária destes.*”<sup>3</sup>

Uma outra fonte bastante interessante para compreender os primeiros conflitos e alianças entre colonos e índios na região é o relato de Hans Staden, um aventureiro de Hédia, engajado num navio português que comerciava pau-brasil, como artilheiro, vem pela primeira vez ao Brasil em 1547, onde alcança Pernambuco em janeiro de 1548. Aí participa das lutas contra indígenas da vila de Igarassu, vai à Paraíba e volta à Lisboa, vindo posteriormente uma segunda vez ao Brasil, onde permanece durante meses como cativo entre os Tupinambá.

Em um dos primeiros capítulos do relato da sua primeira viagem, narra como os índios de Pernambuco se rebelaram e quiseram destruir uma povoação dos portugueses:

*“Rebentou então, por culpa dos portugueses, uma revolta dos índios, que anteriormente se mostravam pacíficos, e o chefe da terra pediu-nos, pelo amor de Deus, que fôssemos à pressa auxiliar o lugar Igaraci, distante cinco milhas de Olinda, do qual os indígenas queriam se apoderar. Os habitantes da povoação de Olinda, defronte da qual nos achávamos, não podiam dar aos outros nenhum auxílio, pois desconfiavam que os selvagens queriam também atacá-los.(...)Tomamos 40homens dentre a guarnição do nosso navio, para prestar socorro aos colonos de Igaraci e seguimos em pequeno barco através de um braço de mar, que se estendia duas milhas terra adentro, e no qual jazia a povoação. O número dos defensores montava, incluindo-nos, a cerca de noventa cristãos. Acrescente-se a este número trinta negros e escravos brasileiros, a saber, selvagens que pertenciam aos colonos, Os selvícolas que nos sitiavam estimavam-se em oito mil. Nossa única proteção consistia numa estacada de cepos.”*<sup>4</sup>

No capítulo seguinte, o autor trata da maneira dos índios guerrearem, o que é bastante interessante no sentido de identificar elementos culturais relacionados às atividades bélicas, e que pode ajudar a entender alguns vestígios materiais encontrados nas escavações de sítios onde podem ter havido estes combates. Assim optamos por fazer uma citação mais longa do referido trecho:

“O lugar onde estávamos sitiados era rodeado de mata. Nesta haviam dispostos os selvagens duas fortificações com ajuda de grossos troncos de árvores. Aí se recolhiam durante a noite e esperavam pelas nossas sortidas. De dia permaneciam em valas, que haviam cavado ao redor da povoação, das quais saíam para escaramuças. Quando lhes atirávamos, estendiam-se no chão, para escapar às balas. Assim, sitiaram-nos de tal modo que, donde estávamos, ninguém podia entrar ou sair. Aproximaram-se da povoação, lançaram ao ar grande quantidade de flechas, que deviam atingir-nos quando caíssem, utilizando também muitas delas às quais haviam amarrado mechas de algodão embebido em cera. Com estas flechas acesas pretendiam atear fogo ao teto das choças. Ameaçavam também devorar-nos, se nos pudessem capturar.(...) Como víssemos que iriam faltar víveres, fomos com duas barcas à colônia de Itamaracá, a fim de abastecer-nos. Havia os índios posto grandes árvores sobre o canal, estando grande número deles em ambas as margens, na esperança de tolher-nos a viagem. Em violento esforço, removemos os entulhos, mas a maré baixou, de sorte que ficamos em seco. Os índios nada podiam fazer nos nas barcas. Trouxeram então galhos secos de suas trincheiras e os atiraram no espaço existente entre a praia e os botes. Queriam incendiá-los e jogar às chamas pimenta que aí medra. A fumaça nos obrigaria a abandonar as barcas. Não conseguiram porém levar a cabo seu plano, pois nesse entremeio voltou de novo a maré. Assim pudemos prosseguir até Itamaracá e obter víveres dos seus habitantes. À nossa volta haviam entulhado o caminho no mesmo lugar. Tinham posto, como antes, árvores na corrente d’água e ficaram emboscados às margens. Duas árvores estavam semi-cortadas à sua base, no tronco, e as suas copas amarradas com um planta trepadeira ou cipó. (...) Mantinham os índios as pontas do cipó em seu entricheiramento, e pretendiam, à nossa passagem, puxá-las de modo que as árvores quebrando-se se abatessem sobre nossas barcas. Avançamos e aí atravessamos, porque a primeira árvore tombou para o lado do seu esconderijo e a outra n’água, atrás do nosso naviozinho. Antes de romper caminho através dos entulhos, que restavam desde a nossa ida, gritamos pelos nossos companheiros que se achavam no local sitiado para que viessem em nossa ajuda. Quando porém principiamos a chamar, gritaram os índios de permeio, de sorte que os nossos não nos puderam ouvir. Não podiam eles ver-nos também, visto haver uma capoeira que nos separava. Estávamos entretanto tão perto uns dos outros que poderiam bem ter-nos ouvido, se os índios não tivessem feito aquele alarido.”<sup>25</sup>

Finalmente relata que os índios após quase um mês de cerco, ao perceber que nada conseguiriam, fizeram a paz e foram-se embora. Eles voltaram então para o navio grande, que estava ancorado diante de Olinda, fizeram o carregamento de água e de farinha de mandioca e partiram com o agradecimento do comandante da dita povoação.

Outra fonte bastante significativa para entender os primeiros contatos entre índios e europeus são as cartas dos primeiros jesuítas, que dão indicações interessantes sobre casamentos entre colonos e índias, sobre a mobilidade de índios e missionários entre as aldeias e a vila de Olinda, a presença de escravos indígenas e africanos nos engenhos, e algumas luzes sobre as práticas religiosas dos índios.

Na carta do Padre Manuel da Nóbrega aos padres irmãos de Coimbra, escrita em Pernambuco, em 13 de setembro de 1551, o mesmo fala do fruto do seu trabalho:

*“Os mais aqui tinham índias de muito tempo, de que tinham filhos, e tinham por grande infâmia casarem-se com elas. Agora se vão casando e tomando vida de bom estado. (...) As índias forras, que há muito tempo que andam com os cristãos em pecado, trabalhamos por remediar para não se irem ao sertão já que são cristãs, e lhes ordenamos uma casa à custa dos que a tinham para nela as recolher e dali casaram com alguns homens trabalhadores pouco a pouco. (...) Com se ganharem estas se ganham muito, porque são mais de 40 só nesta povoação, afora muitas outras que estão pelas outras povoações, e acarretam outras do sertão assim já cristãs como ainda gentias. Algumas destas mais antigas pregam às outras. Temos feito uma delas meirinha, a qual é também diligente em chamar à doutrina, que é para louvar a N. Senhor. Estas, depois de mais arraigadas no amor e conhecimento de Deus, hei de ordenar que vão pregar pelas aldeias de seus parentes, (...) Ganhamos também que estas nos trarão meninos para ensinar-mos e [criar-mos] em uma casa que para isso se ordena, (...) Muitos casamentos tenho acertada com estas forras”.*<sup>6</sup>

No dia seguinte, em carta escrita de Olinda, ao Rei de Portugal, D. João III, o mesmo comenta com preocupação que *“Quase todos têm negras forras do gentio e quando querem se vão para os seus. (...) O sertão está cheio de filhos de cristãos, grandes e pequenos, machos e fêmeas, com viverem e se criarem nos costumes do gentio”*. Na mesma carta solicita ao rei mandar para as outras capitanias mulheres órfãs, que não eram tão necessárias na capitania de Pernambuco, por haverem muitas filhas de homens brancos e de índias da terra, as quais todas haviam se casado.<sup>7</sup>

Outra carta do padre Antônio Pires, escrita em Pernambuco, aos padres irmãos de Coimbra, e datada de 04 de junho de 1552, fornece alguns elementos sobre a presença de aldeias indígenas em torno de Olinda, a relação entre índios e missionários, e as diferentes concepções de religião entre eles:

*“Algumas vezes tenho ido à algumas aldeias que estão duas e três léguas desta povoação, onde me têm muito crédito e o que lhes mando fazer fazem enquanto estou com eles, e me ofereceram uma vez grande soma de milho, porque convenci um índio que se pôs em argumentos comigo sobre suas feitiçarias e ficou disto muito corrido. Vendo isto um velho começou a pregar por toda a aldeia que me trouxessem do milho, e me puseram diante com que me pudera eu manter um ano. Declarei-lhes que não ia ensiná-los porque me dessem nada, porém porque a Deus o ofereciam que mo trouxessem à casa, que o daria a pobres. Quando vim para casa já me estava aguardando um principal doutra aldeia, que vinha carregado, com sete ou oito negros, de milho. O seu intento é que lhe demos muita vida e saúde e mantimento sem trabalho como os seus feiteiros lhe prometem”*<sup>8</sup>

As relações entre índios e portugueses no século XVI, também aparecem bem caracterizadas na crônica de Pero de Magalhães Gândavo, publicada em 1576 e denominada **História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil**, considerada precursora dos estudos históricos no Brasil. Ao tratar das capitânicas e povoações de portugueses que havia na província comenta:

*“Tem esta província assim com vai lançada na linha Equinocial para o Sul oito capitânicas povoadas de Portugueses, (...) Todas estão muito povoadas de gente e nas partes mais importantes guarnecidas de muita e muito grossa artilharia que as defende e assegura dos inimigos, assim da parte do mar como da terra. Junto delas havia muitos Índios, quando os Portugueses começaram de as povoar: mas porque os mesmo Índios se levantavam contra eles e lhes faziam muitas traições, os governadores e capitães da terra destruíram pouco a pouco e mataram muitos deles: outros fugiram para o sertão e assim ficou a terra desocupada de gentio ao longo das povoações. Algumas aldeias destes Índios ficaram todavia ao redor delas, que são de paz e amigos dos Portugueses que habitam estas capitânicas.”*<sup>9</sup>

*Gândavo, assim se refere à capitania de Pernambuco e à importância dos índios como aliados e escravos no sucesso da mesma:*

*“A Segunda capitania que adiante se segue, se chama Pernambuco: a qual conquistou Duarte Coelho, e edificou sua principal povoação em um alto à vista do mar, que está cinco léguas desta Ilha de Itamaracá em altura de oito graus: chama-se Olinda, é uma das mais nobres e populosas vilas que há nesta partes.(...)Esta é uma das melhores terras, e que tem mais realçado os moradores que toda as outras capitânicas desta província: os quais sempre foram muito favorecidos e ajudados dos índios da terra, de que alcançaram muitos infinitos escravos com que grangeam suas fazendas.”*<sup>10</sup>



Um dos relatos mais importantes e mais utilizadas para compreender a cultura e a localização espacial das etnias no litoral no século XVI é o de Gabriel Soares de Souza, português e senhor de engenho na Bahia, que trata entre outros dos *Pitiguar*, *Caytês* e *Tabajaras*, denominações mais citadas na história de Olinda, além de trazer uma narrativa sobre a fundação da mesma.<sup>11</sup>

Ao tratar dos Pitiguar, os localiza em toda a costa do Rio Grande até o da Paraíba, onde faziam fronteira no passado com os Caytês, que eram seus contrários, e com os quais faziam guerra, tendo continuado a fazê-la quando os mesmos foram viver no sertão. Para o lado do Rio Grande os Pitiguar faziam fronteira com os Tapuias, e se ajudavam uns aos outros contra os Tabajaras, que estavam vizinhos à eles pela parte do sertão. É interessante ressaltar que segundo Gabriel Soares de Souza, os Pitiguar falavam a mesma língua e possuíam os mesmos costumes dos Caytês e Tupinambás, os quais ele descreve com bastante riqueza de detalhes.

Ao tratar do tamanho da vila de Olinda e de quem foi o primeiro povoador dela, narra que:

*“Depois que Duarte Coelho veio da Índia à Portugal, a buscar satisfação de seus serviços, pediu a S. A que lhe fizesse mercê de uma capitania nesta costa, que logo lhe concedeu, abalizando-lha da boca do São Francisco da banda do noroeste e correndo dela pela costa cinquenta léguas contra Itamaracá, que se acabam no rio de Igaruçu, (...), onde veio com uma frota de navios que armou à sua custa, na qual trouxe sua mulher e filhos e muitos parentes de ambos, e outros moradores com a qual tomou este porto que se diz de Pernambuco por uma pedra que junto dele está furado no mar, que quer dizer pela língua do gentio mar furado. Chegando Duarte Coelho a este porto desembarcou nele e fortificou-se, onde agora está a vila em um alto livre de padraços, da melhor maneira que foi possível, onde fez uma torre de pedra e cal, que ainda agora está na praça da vila, onde muitos anos teve grandes trabalhos de guerra com o gentio e franceses que em sua companhia andavam, dos quais foi cercado muitas vezes, mal-ferido e muito apertado, onde lhe mataram muita gente; mas ele, com a constância do seu esforço, não desistiu nunca de sua pretensão, e não tão somente se defendeu valorosamente, mas ofendeu e resistiu aos inimigos, de maneira que os fez afastar da povoação e despejar as terras vizinhas aos moradores delas, onde depois seu filho, do mesmo nome lhe fez guerra, maltratando e cativando neste gentio, que é o que se chama caeté, que o fez despejar a costa toda, como esta o é hoje em dia, e afastar mais de cinquenta léguas pelo sertão.”*<sup>12</sup>

Afirma ainda que a vila de Olinda devia ter setecentos vizinhos, mais ou menos, mas tinha muito mais no seu termo, porque em cada um dos engenhos, viviam de vinte a trinta vizinhos, fora os que viviam nas roças, afastados deles. Esta gente podia trazer de suas fazendas entre quatro a cinco mil escravos da Guiné e muitos do gentio da terra, o que corrobora a nossa hipótese de uma grande utilização da mão de obra escrava indígena no século XVI na região, dado que aparece constantemente nas crônicas deste século.

O relato do Piloto Afonso Luiz, publicado em 1601, é também uma fonte riquíssima para entender as relações entre portugueses e índios na capitania de Pernambuco na segunda metade do século XVI. Este relato serviu de base para muitos outros, sendo um dos mais importantes para a glorificação da família de Duarte Coelho na conquista e colonização da região. Como se trata de um relato que posteriormente será bastante citado e copiado por outros autores, optamos por fazermos uma citação um pouco mais longa do mesmo, e no transcorrer da exposição dos outros autores, faremos menção à sua utilização:

*“No tempo que a Rainha Dona Catarina avó Del Rei Dom Sebastião governava este reino de Portugal, por seu neto, veio nova do Brasil, e da Capitania de Pernambuco, que os mais principais dos Gentios que na dita Capitania havia, estavam levantados contra os portugueses, e tinham cercado os mais dos lugares, e vilas, que na dita Capitania havia. Pela qual razão a dita Rainha mandou a Duarte Coelho de Albuquerque, que era herdeiro da Capitania, que a fosse socorrer. E por saber e entender, quão necessário era levar consigo seu irmão Jorge de Albuquerque Coelho, pediu à Rainha, que mandasse ao dito irmão que o acompanha-se no socorro daquela capitania, e fosse com ele ajuda-la a socorrer, como foi; por lhe a dita Senhora Rainha mandar, que acudisse àquela necessidade, pelo serviço que nisso fazia a Deus, e a El Rei, seu neto, e ao bem do povo deste reino. E chegou à dita capitania no ano de sessenta, sendo ele de idade de vinte e cinco anos: e por ter já alguma experiência das cousas da guerra, assim do mar, como da terra, depois de seu irmão Duarte Coelho de Albuquerque, tomar posse da capitania, e servir de Capitão e Governador dela; chamou a conselho alguns padres da Companhia graves, que estavam no Colégio de que os ditos padres têm na vila de Olinda, uma das principais vilas que há nesta capitania de Pernambuco, e a muitos homens honrados dos principais do governo da terra, e se assentou entre todos, que se elegeisse por Geral da guerra, e conquistador da terra da dita capitania, Jorge de Albuquerque Coelho: o qual como lhe disseram, que cumpria muito ao serviço de Deus e Del Rei, e bem do povo daquela capitania, aceitar e servir o dito cargo, o aceitou, e aventurou, e arriscou perder a vida, por fazer este serviço a Deus, e a El Rei Nosso Senhor, e bem ao povo, e fazer o que a dita Senhora*

*Rainha Dona Catarina lhe tinha mandado, e encomendado: e começou a fazer guerra aos inimigos no dito ano de sessenta: com trazer em sua companhia muitos soldados, e criados seus, a que dava de comer, e beber, e vestir, e calçar, à sua custa. E cinco anos gastou em conquistar a dita capitania, pelas montanhas, e desertos, e bosques, vãos, e invernos, de noite, e de dia, passou muitos, e mui grandes trabalhos, sendo ele, e os seus soldados, e criados, feridos muitas vezes, pelejando algumas vezes a pé, e outras a cavalo. E quando se vinha recolher a algum dos lugares, ou vilas dos nossos portugueses, e que via não podia chegar com de dia, no maior, e mais formoso bosque que achava, se agasalhava ao pé das árvores, com mandar fazer choupanas de rama, e palma, em que se agasalhassem os soldados: e estas ramas, e choupanas mandava fazer por muitos escravos que trazia em sua companhia, que serviam de descobrir, e vigiar o campo, e o lugar onde se agasalhavam, juntamente com alguns soldados, passando tanta fome, e necessidades, que muitas vezes não tinham que comer mais que caranguejos do mato, e farinha de pau, e fruta brava do campo: e com estas cousas, e com as palavras de que usava com os soldados, os contentava, e consolava: e quando tomava algum forte, ou aldeia dos gentios, fartava os ditos soldados com muitos porcos, e galinhas, e outros mantimentos da terra, que achava nas ditas aldeias: e acabado de tomar alguma aldeia, ia logo sobre outra, e a tomava com facilidade, por não terem tempo de se fazerem prestes. E com esta diligência, e brevidade que pôs nesta conquista, a pode conquistar dentro em cinco anos, estando tão povoada de inimigos, que quando chegou à dita capitania por mandado da Rainha Dona Catarina, não ousavam os portugueses que moravam na vila de Olinda, a sair fora da Vila, mais que uma, duas léguas pela terra dentro, e ao longo da costa, três, quatro léguas: e depois que se acabou de conquistar, segunamente podem ir, quinze, vinte léguas pela terra adentro, e sessenta ao longo da costa, por tantas ter a capitania de jurisdição. “<sup>13</sup>*

Talvez o relato mais importante para entender os primórdios da história de Olinda e os conflitos e negociações entre índios e colonos na capitania de Pernambuco é o do franciscano baiano, Frei Vicente do Salvador. A sua narrativa dos acontecimentos, embora alterada ao longo dos séculos, ainda conserva na sua essência, elementos que justificam a dominação do território e o casamento entre índias e portugueses, como origem de grandes famílias das elites locais.

Ao tratar da capitania de Pernambuco, relata que a mesma foi doada por D. João III a Duarte Coelho pelos serviços que o mesmo havia prestado na Índia e o mesmo embarcou com sua mulher Brites de Albuquerque e o seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, tendo desembarcado no rio Igarassu, limite com a capitania de Itamaracá, onde mandou fazer uma vila com o mesmo nome uma légua rio adentro. Depois de instalado em Olinda, passou por muitos apertos por causa do

ataque dos índios e franceses. Narra que a ajuda veio da filha de um principal indígena, que havia se afeiçoada à um indivíduo chamado Vasco Fernandes de Lucena, e de quem já tinha filhos, e que foi entre os seus, “*egabando os brancos às outras, as trouxesse todas carregadas de cabaços de água e mantimentos, com que os nossos se sustinham, porque isto faz iam muitas vezes e com segredo*”.<sup>14</sup>

Este personagem, que a nosso ver, embora não tenha sido muito valorizado pela historiografia tradicional, é um indivíduo fundamental no processo de conquista do território, principalmente pelo fato do mesmo ter relações de parentesco com os nativos e dominar a sua língua. Segundo Frei Vicente:

*“E era este Vasco Fernandes de Lucena tão bem temido e estimado entre os gentios que o principal se tinha por honrado em tê-lo por genro, porque o tinham por grande feiticeiro. E assim, uma vez que o cerco era mais apertado e estavam os de dentro receosos de os entrarem, saiu ele só fora e começou a pregar na sua língua brasílica que fossem amigos dos portugueses, como eles o eram seus, e não dos franceses, que os enganavam e traz iam ali para que fossem mortos. E logo fez uma risca no chão com um bordão que levava, dizendo-lhes que se a visassem que nenhum passasse daquela risca para a fortaleza, porque todos os passados ha veriam demorrer. Ao que o gentio deu grande risada, fazendo zombaria disto, e sete ou oito indignados se foram a ele para o matarem, mas, em passando a risca, caíram todos mortos, o que visto pelos mais levantaram o cerco e se puseram em fugida.”*<sup>15</sup>

É interessante observar que segundo o autor do relato, ele só acreditou no mesmo, por saber que no mesmo local onde se fez a risca, defronte da torre, se edificou o templo do Salvador, onde ainda hoje está localizada a Catedral da Sé, igreja mais importante da cidade. Simbolicamente este relato, é bastante significativo enquanto vitória sobre o espaço e estabelecimento de fronteiras, com o aval do sagrado.

A atuação de Duarte Coelho, contra índios aliados dos franceses, as pazes realizadas com alguns grupos indígenas e a escravização de outros, a fundação de engenhos a uma légua da vila, um para ele e outro para o cunhado Jerônimo de Albuquerque, é relatada pelo mencionado frei, como ações marcantes do donatário antes de voltar para Portugal com seus dois filhos, deixando aqui sua mulher e o seu cunhado no governo da capitania. Há também menção à participação dos índios no fornecimento de mantimentos: galinhas, caças, frutas do mato, peixe e marisco, troco de anzóis,

facas, foices e machados. Além disso, informa que foram feitos caravelões e lanchas para fazer comércio com os índios da costa que estavam de paz, trocando ferramentas por cativos.<sup>16</sup>

No capítulo seguinte de sua obra, O autor relata que após a ausência de Duarte Coelho os índios estavam comendo os brancos e negros que andavam no caminho e que apesar disto não haviam deixado de trazer seus resgates, dizendo que não eram eles que estavam fazendo isso, e aqueles que estavam fazendo deviam ser castigados. Para resolver o problema Jerônimo de Albuquerque chamou o conselho da Câmara e outras pessoas, que na maior parte opinaram pela guerra contra o gentio, porém como não houve consenso sobre a forma da mesma, a reunião se desfez sem nada decidido. Informa que os que permaneceram após a reunião, entre eles Vasco Fernandes de Lucena, experimentado em matéria de índios e que sabia a sua língua. Este opina que não era bem dar guerra a este gentio sem primeiro averiguar quais eram os culpados e se propõe a fazer com que eles se descobrissem e acusassem uns aos outros, ficando assim divididos e inimigos mortais. *“Porque todo o reino em si di viso será assolado, e uns aos outros se destruiriam sem nós lbe fazer mos guerra, e quando fosse necessário fazer-lha, nos ajudaríamos do bando contrário, que foi sempre o modo mais fácil das guerras que os portugueses fizeram no Brasil,...*”<sup>17</sup>

Relata, então, que decidiu-se fabricar vinho e convidar os principais das aldeias, que depois que estavam carregados, disseram-lhes que o governador havia os chamado porque ia fazer guerra aos tabajaras que eram seus contrários e queriam sua ajuda porém como havia alguns que praticavam canibalismo, tinham medo que com sua ausência viessem às suas casas matar suas mulheres e filhos. Quando os índios, bêbados, nomearam os culpados iniciou-se uma briga, que acabou com a intervenção do governador Jerônimo de Albuquerque, que depois que identificou os homicidas dos brancos, uns mandou por em boca de bombardas e dispará-las à vista dos mais, para que os vissem voar feitos pedaços e os outros entregou aos acusadores que os mataram em terreiro e os comeram em confirmação de sua inimizade:

*“e assim a tiveram daí arxante tão grande como se fôra de muitos anos, e se dividiram em dois bandos ficando os acusadores com os seus sequazes, que era o maior número, onde dantes estavam, da vila até a mata do pau-brasil, por onde os portugueses tiveram lugar de se alargar em por esta parte e fazer em seus engenhos e fazendas, assim na várzea de Capibaribe, que é a melhor de toda capitania, como em todo o espaço até a vila de Igarassu; e a gente dos culpados e acusados se passou para as matas de cabo de Santo Agostinho, lourvando aos portugueses que haviam feito justiça”.*<sup>18</sup>

No capítulo seguinte, há o relato do que aconteceu após a vitória dos índios do Cabo sobre Jerônimo de Albuquerque. Segundo ele, os índios *“ficaram tão soberbos e atrevidos que não cessavam de dar assaltos em os escravos que os portugueses tinham em suas roças e fazendas, e principalmente em os outros gentios da mata do brasil, nossos confederados, que eles tinham por mortais inimigos. E o mesmo faziam os do rio de São Francisco em os barcos que iam ao resgate que, se ao descoberto comerciavam e mostravam amor aos portugueses, em secreto, se colhiam alguns descuidados, os matavam e comiam.”*<sup>19</sup>

A partir deste momento da narrativa, há uma grande coincidência entre o relato de Frei Vicente do Salvador e o do piloto Afonso Luiz anteriormente citado, com relação às guerras entre Duarte de Albuquerque Coelho e Jerônimo de Albuquerque contra os índios que estavam em guerra com os portugueses.

Mais adiante, o autor vai detalhar um pouco mais as guerras que houve neste período em Pernambuco. Segundo ele, Duarte de Albuquerque Coelho em função da grande quantidade de gente que chegava à capitania para fazerem engenhos e fazendas e de que as terras do Cabo, que os gentios inimigos tinham ocupadas, eram as mais férteis, determinou de as despejar por guerra. E para isto fez resenha de gente que podia levar e ordenou que com a gente de Igarassu fosse por capitão Fernão Lourenço, que era o mesmo capitão da dita vila; com a gente de Paratibe, Gonçalo Mendes Leitão, irmão do Bispo, que então era D. Pedro Leitão, e casado com uma filha de Jerônimo de Albuquerque; com a gente da várzea de Capibaribe Cristóvão Lins, fidalgo alemão. E da gente da vila, mercadores e moradores, porque eram de diversas partes do reino, ordenou outras três companhias, pelas quais seis companhias iam repartidos vinte mil negros, os mais deles do gentio da mata do pau-brasil, contrários dos do Cabo. Também lhe mandou o capitão da ilha de Tamaracá uma companhia de trinta e cinco soldados brancos e dois mil índios frecheiros e por capitão Pero Lopes Lobo. Isto demonstra a importância do elemento indígena como força militar de extrema importância no período.<sup>20</sup>

Com toda essa gente partiu Duarte de Albuquerque Coelho e foi marchando até as primeiras cercas dos inimigos, onde o esperaram aos primeiros encontros, e houve alguns mortos e feridos de parte a parte; mas vendo que era impossível resistir a tantos, se puseram em fuga com grande pressa para que, seguindo-os com a mesma, não tivessem os portugueses lugar de desmanchar-lhes as casas e as cercas e assim pudessem depois retornar para elas. Duarte Coelho mandou queimar algumas e

em outras deixou presídios com ordem que arrancassem todos os mantimentos, com o que os obrigou a fazer pazes, e ele as fez e repartiu as terras por pessoas que as começaram logo a lavrar; as quais, como acharam tanto mantimento plantado, não faziam mais que comê-lo e replantá-lo da mesma rama e nas mesmas covas. E porque as terras do rio de Serinhaém que ficavam defronte da Ilha de Santo Aleixo, seis léguas do cabo, eram também muito boas e as tinha ocupadas outro gentio, contrário deste que já estava sujeito e pacífico, e de lá vinham inquietá-los e saltea-los, lhes mandou dizer Duarte Coelho que se aquietassem e fossem amigos, senão que lhe seria necessário defende-los e tomar vingança dos agravos e injúrias que lhes faziam. Os índios responderam que não o haviam com os brancos nem com ele, senão com aqueles que eram seus inimigos e contrários antigos; mas, se os brancos queriam por eles tomar pendências, ainda tinham braços para se defenderem de uns e de outros. Diante disto Duarte de Albuquerque Coelho fez uma junta de oficiais da câmara e mais pessoas da governança, onde se julgou ser a causa bastante para lhes fazer guerra justa e os cativar todos. Organizaram então outro exército e ao chegar às cercas e aldeias dos inimigos tiveram grandes encontros e resistências, porque eram muitas, e rotas umas, se acolhiam logo e se fortificavam e se defendiam em outras com grande ânimo e coragem. Porém quando viram o socorro dos barcos e que não puderam impedir-lhes o desembarcar, logo fugiram para o sertão, levando as mulheres e filhos adiante e ficando os valentes fazendo-lhes costas, que nunca as viraram aos nossos aventureiros e índios nossos amigos, que os foram seguindo muitas léguas, até chegarem a uma grande cerca onde se meteram uma tarde, aparecendo alguns pelos altos dela, com tantos ralhos e mostras de se defenderem, que ali cuidaram os nossos que os tinham certos e não sabiam já quando havia de amanhecer para abalroarem, animando-se todos uns aos outros para a peleja. Porém pela manhã a acharam despejada, que todos haviam fugido e só saíram de entre o mato um moço e uma moça de outro gentio, que eles tinham cativos, os quais contaram que, no mesmo tempo que os ralhadores apareceram na fronteira da cerca, iam todos os mais secretamente fugindo pela outra parte e assim não havia para que cansar mais em os seguir, porque iam para mui longe e para não mais tornarem, como de feito assim foi.<sup>21</sup>

Ao tratar das entradas que eram feitas ao sertão em busca de índios para “descerem” para o litoral, narra que o governador deu licenças para mandarem descer índios por meio dos mamelucos, os quais com muitos soldados brancos e índios confederados e amigos, com suas flechas e armas, com os quais, quando não queriam por paz e por vontade, os traziam por guerra e por força. Mas ordinariamente bastava a língua do parente mameluco, que lhes representava a fartura do peixe e

mariscos do mar de que lá careciam, a liberdade de que haviam de gozar, a qual não teriam se os trouxessem por guerra:

*“Com estes enganos e com algumas dádivas de roupas e ferramentas que davam aos principais e resgates que lhes davam pelos que tinham presos em cordas para os comerem, abalaram aldeias inteiras e em chegando à vista do mar, apartaram os filhos dos pais, os irmãos dos irmãos e ainda às vezes a mulher do marido, levando uns o capitão mameluco, outros os soldados, outros os armadores, outros que impetraram a licença, outros quem lha concedeu, e todos se serviam deles em suas fazendas e alguns os vendiam”<sup>22</sup>*

Em seguida, trata de uma entrada que foi feita de Pernambuco, e que menciona os Tabajara como aliados na entrada, tendo os mesmo, após uma traição, se tornado inimigos e ido se juntar aos Potiguar na Paraíba.

*“De Pernambuco foram Francisco de Caldas, que servia de provedor da Fazenda, e Gaspar Dias de Ataíde com muitos soldados ao rio de São Francisco e, ajudando-se do Braço de Peixe, que era um grande principal dos tobajares, e da sua gente, que era muito esforçada e guerreira, entraram muitas léguas pelo sertão, matando os que resistiam e cativando os mais. Tornando-se depois para o mar com sete mil cativus, determinaram pagar ao Braço com o lerur em também amarrado e a todos os seus, por em ele os entendeu e, não deixando de os servir com mantimentos de suas roças e caça do mato, para o qual lhes deu duzentos caçadores para assegurar mais a sua caça, e depois que os teve seguros, (...) mandou chamar outro principal seu parente, chamado Assento de Pássaro, que viesse com os frecheiros da sua aldeia e avisou os seus caçadores, que estavam entre os brancos, estivessem alerta na madrugada seguinte, pera, quando ouvisses o seu urro costumado, darem juntamente nos nossos e não lhes escapar algum com vida.(...) Nem parou aqui o mal, senão que os homicidas, temendo-se que os brancos fossem tomar vingança destas mortes, sendo tobajares e contrários dos potiguares, se foram meter com eles na Paraíba e se fizeram seus amigos pera os ajudarem em as guerras, que nos faziam, (...)”<sup>23</sup>*

No século XVIII, vamos encontrar, no relato de Sebastião da Rocha Pita sobre a capitania de Pernambuco, praticamente as mesmas informações encontradas nos relatos anteriores, sendo interessante observar que os Caeté são a única etnia citada no seu relato:



*”Deu esta capitania el-rei D. João III a Duarte Coelho Pereira, filho terceiro de Gonçalo Pires Coelho, senhor de Filgueiras, por grandes serviços que na Índia lhe fizera: com os cabedais que nela adquiriu, ajuntou muitas naus, gente e tudo o preciso para a conquista e povoação daquela dilatadíssima capitania, para a qual se embarcou com a sua casa, muitos parentes e famílias nobilíssimas. Desembarcado, achou tão rija oposição e porfia nos gentios da nação dos Caetés, que dominavam todo aquele distrito até o rio de S. Francisco (assistidos de alguns franceses) que lhe foi necessário ir ganhando a palmos o que se lhe concedera a léguas, saindo ferido de uma das repetidas batalhas que aos bárbaros dera.”*<sup>24</sup>

Também do século XVIII, o relato do frade franciscano frei Antônio de Santa Maria Jaboatão é extremamente interessante para entender como os Tabajara, anteriormente pouco mencionados nas crônicas, são alçados à condição de etnia mais importante no processo de conquista e colonização do território em função de sua aliança com os portugueses. Para ele, os Tabajara foram os primeiros povoadores da costa do Brasil tendo depois sido expulsos pelos Tupinambá. Ao tratar dos Potiguar, o autor os localiza espacialmente, mostrando como os mesmos estendiam sua ação até os limites das capitania de Itamaracá e Pernambuco:

*“Deste Rio Grande, que dissemos entra va no de Jaguaribe, junto à sua barra, que era o termo dos Tapuyas, até o rio da Paraíba para a parte, ou Ribeira, que lhe fica ao norte, por distância de perto de cem léguas da costa, habitava outra nação chamada Putygoar (...) Eram estes Putygoáres tidos entre si por uma das principais nações desta costa, e se fizeram nela estimar, e temer por guerreiros, e pelas armas dos seus, que por largos anos moveram contra os Tobajaras, e pelos quais dizem tiveram encontrados dignos de história, até os fazerem deixar muitas daquelas costas. Eram também grandemente contrários dos vizinhos Cayetés, das partes de Pernambuco, e os fizeram pelo tempo adiante deixar as costas, e ribeiras da Paraíba até Tamaracá”.*<sup>25</sup>

Segundo o autor a principal causa da guerra para este gentio era o apetite por carne humana e a outra era territorial:

*“porque não contentes com o seu terreno do rio de Jaguaribe até a Paraíba, passou deste para o sul, e parte de Pernambuco, lançando destas costas, e terreno aos Tobajarás, que ainda ocupavam algumas partes delas, e aos Cayetés, que eram os que as dominavam mais, chegando a fazerem-se senhores do distrito de Goiana, Itamaracá, e parte do de Pernambuco, e Olinda, (...). E bem o experimentaram os nossos portugueses, primeiros povoadores das Capitánias de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, nas repetidas guerras, e estragos, que lhes*

fizeram, e causaram nelas este gentio, não tanto por si, como pela indústria, e ajuda dos franceses, com os quais conservaram por muitos anos boa amizade, e união, e só a vieram fazer com os nossos, quando de todo se lançaram os franceses daquelas costas, e portos, vendo-se destituídos de sua ajuda, e à imitação dos Tobayarás, que foram em toda parte os primeiros, como entre eles os principais, que com os nossos se congrataram, e nos ajudaram contra os mais, e principalmente contra estes Putygoarés, dos quais por suas antigas razões de Estado eram os Tobayarás declarados inimigos”.<sup>26</sup>

Em seguida, o autor vai tratando dos outros grupos indígenas, baseando-se principalmente em Gabriel Soares de Souza, a novidade é o tratamento dado aos Tabajara:

“Por não acharmos em toda a costa do Brasil lugar determinado a esta nação, como tinham todas as mais, a deixamos para este último. Mas isto não tira a que lhe demos entre todas o primeiro, como a nação principal de toda esta costa. Ela, pelo menos, disso se vangloriava, e muito, e parece tinha para isto grandes, e forçosas razões. A primeira e fundamental tinham eles na significação, e etimologia do seu próprio nome Toba-Yará, porque na sua linguagem Yará quer dizer senhor, tabá – significa rosto, ou Face; e vinha a dizer o nome Tobayara, que eles eram os senhores do rosto, ou face da terra. Face, ou rosto, chamavam eles a toda fronteira, e costa marítima, a respeito do sertão, e terra interior; e isto mostrava a muita parte destas costas, que eles aos tempos dos portugueses ainda habitavam; porque por todas elas, ainda que espalhados, os acharam os nossos, no Pará uns poucos, outros no Maranhão, na Paraíba, Pernambuco, Bahia, e assim em alguns lugares mais até contestar com os Tamoyos, além do Espírito Santo; demonstração certa, de que em algum tempo povoaram eles só todas as costas, e que o mesmo tempo, e as mais nações, que com ele foram crescendo, e sobrevindo, pelas costumadas guerras, e natural apetência destas gentes, de ocuparem uns aquelas estâncias melhores, em que habitavam os outros, os foram dividindo, e intrometendo-se entre elas outras nações. Daqui se mostra também serem estes Tobayaras os daquela família, que vindo aportar com a outra dos Tamoyos em Cabo Frio, e apartando-se dali pelas diferenças, que na estância daqueles deixamos referidas, a família do irmão mais moço, subindo de Cabo Frio, e correndo as costas, foi entrar pelo grande rio da Prata, e indo por ele acima, foi assentar a sua habitação da parte do sul, e estes diziam eles, foi o primeiro povoador das províncias de Buenos Aires, Chile, Quito, Peru, e as mais das Índias de Castela. A do mais velho, que ficou em Cabo Frio, crescendo em gente, se foi espalhando para o norte, e costa da Bahia, porque acharam esta a melhor, que até ali tinham pisado, lhe deram o nome de rosto ou frente de toda a terra, que na sua linguagem é Toba; e porque eles foram os primeiros, que as habitaram, e possuíram, acrescentando o nome Tobá, a palavra Yará; que quer dizer senhor, se ficaram chamando Tobayaras, que vinha a ser o mesmo que senhores da terra, e costas da Bahia, principal rosto, e

frente de todo o Brasil. (...) Destes procedeu um famoso ramo, ou principal índio chamado Tupy, que foi o povoador da terra firme do Cairí; e destes outros derivados do seu nome, com outros aditamentos da sua linguagem chamados Tupy-nambás, Tupi-namquiz, e Tupi-vás; e ficando estes dois últimos dominando as costas do morro de S. Paulo até o Espírito Santo, por onde se estenderam com as suas famílias, os Tobayaras juntamente com os Topinambás da Bahia até o Grão-Pará, por onde com o tempo se foram estendendo, até que com os mesmos tempos, derivando-se destes muitos ramos, como Potyguarés, Cayetés, e outros, e degenerando dos seus primitivos ascendentes, e crescendo em povo, inimizadas e guerras, se foram introduzindo por muitas das costas do Brasil, e excluindo delas aos Tupinambás, e Tobayaras, vindo assim a ficar estes repartidos por várias partes delas, (...); sinal e evidente, e certa demonstração, de que foram estes Tobayaras por todos estes fundamentos os principais, e primitivos povoadores destas costas da Bahia, e as mais para o Norte com o Rosto, e frente da terra do Brasil.”<sup>27</sup>

Jaboatão louva os Tabajara como reverenciados pelos outros índios, valentes guerreiros, e fiéis a seus amigos, tendo eles mostrado isso junto aos portugueses que tiveram como vizinhos:

“porque em todas foram eles os primeiros para a paz, os mais firmes para a guardar, leais aos portugueses, prontos para a conversão da fé, valentes, fortes, e constantes para nos ajudarem contra todo outro gentio, obrando ações de tanto valor, destreza, ousadia, e esforço, que bem mereceram entrar no número dos capitais de nome, e heróis da fama. Esta conseguiu um famoso Tabira, na conquista de Pernambuco, com Duarte Coelho: e outros semelhantes feitos se contam do grande Piragiba, ou Braço de Peixe, na da Paraíba; tais façanhas obr ou em defesa dos portugueses, que foi premiado por el-Rei com hábito e tença. Outras muitas se contam de um Itagibá, ou Braço de Ferro, e de outros Tobayaras daquelas mesmas partes de Pernambuco, com adjutório dos quais se foram remontando as outras nações para os interiores da terra, e crescendo as nossas conquistas.”<sup>28</sup>

Ao tratar da capitania de Pernambuco, trata da ida de Duarte Coelho de Igarassu para Olinda, passando por Pau Amarelo, Rio Doce, e indica que as costas tinham habitações de gentio:

“No fim desta dando vista de uma levantada eminência sobre o mar para a parte do nascente, coberta de verde, e frondoso arvoredo, disse o capitão alegre, com o aprazível, e delicioso, que lhe pareceu, o lugar: Ó que linda situação para uma vila! E daqui se ficou chamando a que nela edificaram: Vila de Olinda, e também de Marim, nome que já tinha, e ainda conservou muitos tempos, imposto pelos seus primeiros habitantes Tobayaras, que neste lugar estavam de assento com uma povoação, ou aldeia, das melhores, e mais abastada de gente de todas

*as que havia por estas costas. Com estes e outras nações mais das muitas, que por aqui residiam, especialmente dos Caeté, assistiam quantidade de franceses, dos quais vinham a estas partes ao comércio, e misturados com estes gentios, acrescentavam aqui agora, como em os mais lugares, a sua resistência, como os que entendiam, que em ficarem por estes por vencedores, eram eles os mais interessados.”<sup>29</sup>*

De forma praticamente idêntica a Frei Vicente do Salvador relata a ajuda da filha do maioral da aldeia a Vasco Fernandes Lucena, a ação do mesmo em traçar um limite que os índios não poderiam ultrapassar, e fazendo-o, morreram. Trata também da ação de correr a costa da capitania até o Rio de São Francisco, combatendo os franceses que estavam comerciando pau-brasil com os índios. Relata que com a expulsão dos franceses índios buscaram amizade e pazes com os portugueses, sendo os que primeiro a tiveram os Tabajara do lugar Marim, que ajudaram os portugueses contra os Caeté de Pernambuco, seus declarados inimigos, desde o princípio da entrada destes por estas capitanias marítimas, que dominavam os Tabajara. Em seguida, praticamente repete as informações contidas no relato de Afonso Piloto.<sup>30</sup>

Finalmente, trata da descendência de Jerônimo de Albuquerque com a índia Maria do Espírito Santo:

*“Deixou Jerônimo de Albuquerque numerosa descendência de filhos naturais, e também muitos legítimos de sua esposa D. Felipa de Melo, (...) Entre os naturais teve a primazia D. Catarina de Albuquerque, que nasceu de D. Maria do Espírito Santo, princesa ou filha do principal dos gentios Tokayara de Olinda, a qual casou com Felipe Cavalcanti, fidalgo florantino, (...), e deste tronco descendem os Cavalcantes de Pernambuco, “<sup>31</sup>*

Também do século XVIII é o relato de Dom Domingos Loreto Couto, onde há toda uma preocupação em idealizar a participação dos indígenas, que neste momento, já estavam completamente pacificados no litoral. O seu relato descreve com mais detalhes a chegada de Duarte Coelho ao Brasil e o seu combate com os índios em Igarassu, antes de se dirigir à Olinda, para a fundação da nova vila:

Segundo o seu relato, Duarte Coelho:

*“avistou terra em 27 de setembro, e entrando pelo Rio de Santa Cruz, viu uma grande povoação, e fora dela multidão de gentios, que valentes correram a disputar-lhe a entrada. Trouvou-se a briga porfiando os nossos para tomar terra, e os gentios para lhes impedirem o desembarque, durou igual lar go espaço, sem inclinar-se a vitória*

*a parte da multidão, nem a do esforço. O capitão mor tendo a constância com que aqueles bárbaros desprezadas as vidas, defendiam o lugar, que ocupavam, foi refrescando os nossos com outros descansados; os quais tendo por afronta achar valor em gente barbaramente disciplinada, acometeram por entre uma nuvem de setas, e tomaram terra, ferindo e matando os inimigos; que não podendo sofrer golpes tão pesados, nos foram cedendo o lugar, deixando tendidos na terra o principal, e outros dos melhores; que companheiros na sorte, compraram o nome à custa das próprias vidas, que ofereceram em benefício da pátria, e por sacrifício da honra. Atribuíram os nossos a vitória aos ínclitos mártires Santos Cosme e Damião; em cujo dia a alcançaram: e em reconhecimento do benefício levantaram ali um templo, que consagraram ao nome dos gloriosos mártires; (...) e no mesmo lugar foi situada a vila de Igarassú”<sup>32</sup>*

Segundo ele, neste lugar se deteve Duarte Coelho todo o tempo que lhe foi necessário para povoar a nova vila; dali partiu com o sua gente para o sul, sempre pelo litoral, desejando encontrar sítio para edificar uma povoação, tendo avistado um ameno e aprazível monte. O interessante é que o autor do relato vai acrescentar um elemento que não havia aparecido ainda nos relatos anteriormente pesquisados – a presença dos Tupinambá como habitantes no local e sua recepção calorosa por parte dos mesmos:

*“Foi Duarte Coelho recebido dos Tupinambás (que assim se chamavam os gentios que habitavam este monte, e suas ribeiras) com demonstrações gratas, respondendo neles o contentamento a grandeza do benefício para que os convidava o capitão mor, oferecendo-se-lhes companheiro, se invadido de outras nações, necessitassem de assistência das nossas armas. Como os nossos foram tratados do maior com mimos de hóspedes, e dos mais com agasalho de companheiros, pôde sem contradição levantar Duarte Coelho uma torre, ou castelo de pedra e cal, (de que ainda aparecem ruínas), para nele viver com a sua família, e ao pé dele uma povoação em que assistisse a sua gente. Algum tempo se conservou em boa correspondência, e paz com os tupinambás, que alterou a desconfiança dos gentios, parecendo-lhes que mais que sociedade, era indústria, com que os portugueses pretendiam, com aparência de amigos, não só apoderar-se de suas terras, mas violar-lhes a liberdade; suspeita que fomentavam os franceses, que naquele tempo arribaram em alguns portos, levados de cobiça.”<sup>33</sup>*

A partir daí iniciam-se conflitos e para os mesmos segue basicamente Frei Vicente do Salvador: o apoio das índias no cerco da vila de Olinda, a figura de Vasco Fernandes de Lucena, o traço de limite na terra que deu origem à catedral, a viagem aos portos da capitania até o Rio de São Francisco. Ao fazer a descrição da cidade de Olinda, discorre sobre a origem do nome da cidade.

“Antigamente foi chamada Marim, mas a sua lindeza, e amenidade do sítio lhe mudou o nome em Olinda. Escreveram alguns autores, que descobrindo Duarte Coelho este sítio, namorado dele, disse para os seus: o que linda situação para se fundar uma vila. (...) Em algumas memórias achamos que Duarte Coelho, fora em um dos muitos combates, e pelejas, que teve com os índios, ferido em uma perna de que ficara com aleijão, e parece que da palavra Barin, que na língua brasílica significa coxo, mudado o B, em M, vieram a dizer Vila Marim, isto é, vila do coxo; ou também tomaria o nome da palavra, mirim que na mesma língua, quer dizer pequeno, aludindo os índios ao limitado âmbito da nossa primeira povoação, que toda se reduzia a um pequeno castelo de pedra, e cal, de que por muitos anos permaneceram as ruínas na rua nova.”<sup>34</sup>

No século XIX, vamos encontrar uma tendência um pouco diferente em relação à escrita da história. A preocupação neste momento é a de uma história fundamentada na pesquisa aos documentos e relatos, mas o que mais impressiona é a criatividade dos autores em construir interpretações e preencher lacunas, com uma imaginação invejável. O primeiro autor a ser analisado é José Bernardo Fernandes Gama, que tem a sua obra *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, publicada em 1844. Esta, traz entre outros, a transcrição do testamento de Jerônimo de Albuquerque, feito em Olinda e concluído em 13 de novembro de 1584, onde o mesmo declara que possuía vários escravos do gentio da terra, e tinha dúvida se os mesmos tinham sido mal resgatados, e solicita aos seus testamenteiros, que se os mesmos tivessem sido resgatados de maneira incorreta, fossem tratados como forros, o que confirma mais ainda a idéia de uma presença marcante na região da mão-de-obra indígena, inclusive escrava, no primeiro século de colonização.<sup>35</sup>

Ainda tratando sobre o personagem Jerônimo de Albuquerque, ao qual dá atenção especial, narra que:

*“Jerônimo de Albuquerque, cunhado do primeiro donatário, veio para Pernambuco acompanhando sua irmã D. Brites de Albuquerque, (...). Diz a crônica que este capitão em um dos primeiros choques que tivera com os índios perdera um olho por uma flechada, e que ficara prisioneiro, chegando a termos de perder a vida, (...). Mas Jerônimo teve a fortuna de que dele se agradasse uma filha do cacique, ou velho diretor dos índios, e que esta índia, apaixonada pelo jovem prisioneiro, se abraçasse com seu pai, (que se chamava Arco-Verde) e lhe representasse que se matassem o caraíba (branco em língua indígena), ela morreria igualmente, porque o amava muito, e o*

queria para marido. Movido o velho diretor do índios, pelas súplicas da filha, concedeu com a vida a liberdade a Jerônimo de Albuquerque, a além disso aliou-se com os conquistadores, e lhes serviu de grande ajuda, e favor. Feita a paz, batizou-se a filha do velho Arco Verde, dando-se-lhe o nome de D. Maria do Espírito Santo, cujo apelido Jerônimo de Albuquerque escolheu para memória da alegria do dia de Pentecostes, no qual a libertadora recebeu a graça do batismo. <sup>136</sup>

Refere-se ainda aos oito filhos de Jerônimo de Albuquerque com M<sup>a</sup> do Espírito Santo Arco Verde, entre eles, D. Catarina de Albuquerque, que casou com D. Felipe Cavalcanti, fidalgo de Florença, descendendo deste casal os Cavalcantis de Pernambuco. Mais adiante, o autor vai tratar da fundação de Olinda por Duarte Coelho:

*“Duarte Coelho ao mesmo tempo que fundava Igarassu, e guarneceu esta vila, de maneira que não fosse presa dos índios inimigos, ao mesmo passo que levantava trincheiras, e apresentava-se em atitude hostil, para se fazer respeitar, ele como hábil general, procurava sobretudo a aliança dos naturais do mesmo país que pretendia conquistar. Coelho pois por meio de um procedimento franco e leal inspirou confiança à Tribo Tabayaré, cujo chefe, com o qual tinha contraído aliança, grandes serviços lhes prestou. Fortificada Igarassu; e arrançadas as coisas ali de uma maneira conveniente, deixou Coelho esta nova vila, guarnecida como convinha, e à frente do seu pequeno exército, que se compunha de portugueses, e já dos índios aliados, saiu pela costa em demanda de sítio, que reunisse à um bom surgidouro e outras comodidades indispensáveis em uma cidade marítima e que falta um em Igarassu; e seguindo para este fim caminho do sul, mas sempre com muita cautela, para livrar-se das emboscadas dos Caetés, avistou em janeiro, ou fevereiro de 1532 um aprazível outeiro próximo do mar 8 graus ao sul da linha, no qual habitavam alguns índios, e transportado pela beleza do sítio exclamou: Ó Linda situação para se fundar uma vila. (...) Todavia Coelho não podia dilatar os seus estabelecimentos: os Caetés, tribo bárbara e selvagem, notável entre todas as outras pela sua ferocidade, e pelo uso que faziam de canoas, que carregavam até doze pessoas, o incomodava constantemente. Igarassu, e Olinda eram quase todos os dias atacadas por esta tribo; e em verdade os novos povoadores teriam sucumbido infalivelmente, se Coelho fosse general menos hábil, e se igualmente não tivesse sob suas ordens oficiais tão hábeis como ele. Olinda em 1535 viu-se em grande aperto: Coelho foi ferido; mas a constância, e valor venceram tudo, e o socorro dos Tabayarés habilitou os novos povoadores, não só para sustentarem os ataques, mas até para atacarem os inimigos em seu campo, e arreda-los para bem longe, conquistando Coelho a palmos o país que lhe tinha sido doado por léguas.”<sup>137</sup>*

Em seguida, vai fazer toda uma apologia sobre os Tabajara, inspirado bastante, entre outros, na leitura da obra de frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, comentada anteriormente:

*“Os Tabajarás foram, como já referi, os primeiros que se ligaram aos fundadores de nossa pátria. Um dos seus chefes, chamado Tabyyra, era dotado de grandes talentos para a guerra, e por isso, o terror dos Caetés. Ele mesmo ia espia-los nos seus arraiais, para descobrir os projetos que por ventura quisessem por em prática, aproveitando-se da vantagem de falar a mesma língua. Tabira armava emboscadas, atacava os inimigos pela noite, em fim conservava-os num contínuo sobressalto. Os Caetés por tanto, fazendo um esforço para se livrarem de tal inimigo, reúnem todas as forças, marcham sobre ele, cercam-no e atacam-no. Neste combate, uma flecha crava-se no olho de Tabira; mas este intrépido, sem alterar-se, arranca com a pupila do olho a seta que o ferira, e voltando-se para os seus diz-lhes: Tabira com um só olho vê quanto é bastante para bater seus inimigos, e com efeito, apesar do seu número, bateu-os, e pô-los em completa debandada.”<sup>38</sup>*

Fernandes Gama, em seguida, trata do cerco de Igarassu pelos Caeté baseando-se no relato de Hans Staden e da rebelião geral dos índios após a morte de Duarte Coelho e a ação de Jerônimo de Albuquerque, com o apoio dos Tabajara, única tribo que se conservou fiel, para tanto vai basear-se também no relato do piloto Afonso Luiz. Afirma que com o assassinato do Bispo Sardinha os Caeté são considerados inimigos e a sua escravização generalizada, o que vai provocar uma redução gradativa desta etnia na região.

A obra seguinte a ser analisada é **Pernambuco: seu desenvolvimento histórico**, de Oliveira Lima, publicada em 1893. Nesta obra, é possível identificar já as primeiras preocupações com os estudos etnográficos. É curiosa, neste sentido, a atribuição de nômades aos Tupi e a idéia de sua inferioridade cultural em relação à outros grupos.

*“Habita um esses territórios tribos de índios nômadas, belicosos e antropófagos, denominados, segundo se lê nos cronistas, cabetés, tabayares e petiguares, e pertencentes à grande família tupi, cuja barbárie no meio de regiões fertilíssimas como as do Brasil, contrasta singularmente com a organização social dos povos fracos e pouco guerreiros que habitavam as costas areentas do Pacífico e os platôs elevados dos Andes (Nadaillac, L'Amérique Préhistorique). Os cabetés, tabayares e petiguares assemelhavam-se na fisionomia sem traços fundamente característicos, como os que distinguem um Europeu de um Africano, na inteligência rudimentar e nos costumes*



*pouco edificantes, miudamente descritos pelos velhos escritores portugueses e pelos nossos modernos historiadores e etnografistas, aos demais selvagens do Brasil. Em todos esses bugres, por índole corajosos e temerários, se encontravam, com raras exceções pessoais e até coletivas, que altamente testemunham a sua possível fidelidade e eventual dedicação, a mesma aleivosia, idêntica ferocidade e iguais vícios.”*<sup>39</sup>

Ao tratar da Figura de Duarte Coelho, afirma que o mesmo, desde a sua chegada tentou viver em paz com o gentio, tendo-a feito com os Tabajara. Com as mulheres desta tribo casaram-se alguns moradores e amancebaram-se outros, vivendo muitos anos em doce concubinato com a filha do cacique Arco Verde o próprio cunhado do donatário, Jerônimo de Albuquerque. Segundo ele, os Caeté não foram igualmente amáveis para com os invasores. Dotados de maior ferocidade, incitados pelos franceses e estimulados pelos ódios aos Tabajara, atacaram várias vezes o donatário com as suas emboscadas e seus gritos estridentes e estiveram a ponto de destruir Igarassu em 1548.. Entra em seguida, no relato deste ataque baseado principalmente em Hans Staden e posteriormente trata da luta de Jorge de Albuquerque Coelho contra os Caeté, inspirando-se principalmente no Naufrágio de Afonso Luiz Piloto.

O último autor analisado, Francisco Augusto Pereira da Costa, escreveu um artigo publicado em 1920 na Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, intitulado *Marim-Olinda*, discutindo as possíveis origens do antigo nome da cidade. Selecionamos na sua argumentação as interpretações que dizem respeito à uma possível ligação com sua origem indígena:

*“Gonçalves Dias, em vez de Marim, ou Mirim, escreve Mari, no seu “Dicionário da língua Tupi”, acrescentando que é o – nome indígena de Olinda. Teodoro de Sampaio, enfim, na sua excelente monografia “O Tupi na Geografia Nacional”, escreve Marim: “corruptela de mairy, a cidade, a grande população, nome dado pelos índios aos povoados grandes, como os europeus edificaram, de certo, depois que os franceses, Mair, começaram a frequentar a costa do Brasil, e se estabeleceram em algumas partes dela, pois que o vocábulo mairy parece proceder de mair-reya, reunião ou multidão de franceses”.*<sup>40</sup>

Mas a sua grande contribuição encontra-se na sua obra, publicada postumamente, denominada **Anais Pernambucanos**, composta de 10 volumes. Ocuparemos basicamente do primeiro volume, que diz respeito ao período de 1493 a 1590. Segundo o seu relato:

*“Em 09 de março de 1535 fundeou a armada no porto de Itamaracá, Duarte Coelho saltou com toda a sua gente nas margens do rio Igarassú, no sítio denominado dos Marcos, limite das suas terras com as de Itamaracá, e se recolheu a uma fortaleza de madeira que ali havia para guardar a feitoria do pau-brasil que existia, como refere Frei Vicente do Salvador. Duarte Coelho funda a vila de Igarassu, a pouca distância do sítio dos Marcos, faz aliança com os índios Tabaiáres, e parte para o sul, por terra, em procura de um local, que oferecesse mais vantagens para o estabelecimento da colônia, quando descobre uma vistosa cadeia de colinas, cujo extremo oriental caía sobre o mar, e onde campeava uma aldeia de índios caetés, a que davam o nome de Marim. Era Olinda, nome que lhe foi imposto pela exclamação geral ante a beleza e esplendor do panorama. Duarte Coelho expulsa os índios e apodera-se do local, não sem grandes dificuldades, porque, na frase de um historiador, arrancou ele a polegadas o que fora concedido a léguas (...) Duarte Coelho lutou imenso para firmar não só a posse de Olinda, como a de todo o território que compreendia o termo da sua doação, e teria mesmo sucumbido, se não fosse um homem superior, e a aliança que firmou com os índios Tabaiáres, que tinham à sua frente o valente Tabira, que tão bons serviços prestou à causa da civilização.”<sup>41</sup>*

Ao tratar do ano de 1557, menciona a lei de D. Catarina de Áustria, considerando legal a escravidão dos Caeté, tendo os mesmo sido exterminados, pois já não figuravam na crônica do padre Simão de Vasconcelos, de meados do século XVII.. Segundo ele, os Caetés, Cahetés ou Caités, habitavam o sul da capitania de Pernambuco até os seus limites no rio S. Francisco, internando-se pelo sertão até às confrontações das terras ocupadas pelos Tapuias. Sobre os Tabajara, comenta:

*“Habitavam enfim, a zona litorânea de Pernambuco, desde Olinda até a margem direita do rio Abiaí, os índios tabaiáres ou Tabajares, menos feroces que os caetés, e fiéis nos seus tratos, e senhores do grande aldeamento de Marim, de que o donatário, Duarte Coelho, lançou mão para fundação de sua colônia, impondo-lhe então o nome de Olinda, mas que de todo não fez esquecer aquele, aliás ainda hoje celebrado. É dos tabajares, pela união do fidalgo Jerônimo de Albuquerque com uma filha do chefe ou principal da aldeia de Marim, a qual, de pois de batizada, ficou se chamando d. Maria do Espírito Santo Arco Verde, que vem a família Carvalcanti, ramificada hoje em todo o país.”<sup>42</sup>*

As conclusões a que pudemos chegar até o momento, a partir da pesquisa realizada, é que quando os europeus chegaram no século XVI à região que hoje corresponde ao litoral dos estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia, encontraram uma população nativa bastante homogênea em termos culturais e lingüísticos. Neste sentido, uma das grandes dificuldades é entender

as manifestações de identidade, alteridade e as territorialidades construídas a partir dos etnônimos e das ações narradas.

Segundo Carlos Fausto, ao analisar fontes quinhentistas para entender a morfologia sócio-política dos Tupi da costa, um primeiro problema consiste em saber se há unidades sociais discretas para além do grupo local - isto é, da aldeia - e, em caso afirmativo, qual a sua natureza. As aldeias Tupinambá, compostas por um número variável de malocas, dispostas em torno de um pátio central, possuíam segundo os relatos da época, uma população de 500 até 3 mil índios. A distância entre os diversos grupos locais não era uma constante, mas função das condições ecológicas e políticas de cada região. Várias aldeias, possivelmente ligadas por laços de consigüineidade e aliança, mantinham relações pacíficas entre si, participando de rituais comuns, reunindo-se para expedições guerreiras de grande porte, auxiliando-se na defesa do território. Esse conjunto informe de grupos locais circunvizinhos não estava sujeito a uma autoridade comum e nem possuía fronteiras rígidas. A inimizade recíproca distinguia grupos de aldeias aliadas, que operavam segundo uma estrutura de tipo “rede”: as aldeias, unidas uma a uma, formavam um conjunto multicomunitário, capaz de se expandir e se contrair conforme os jogos de aliança e guerra. Os limites dessas unidades não eram palpáveis nem definitivos.<sup>43</sup>

Os etnônimos mais citados na documentação relativa à capitania de Pernambuco são: Caeté, Tabajara, Potiguar e em menor escala, Tupinambá. Estes etnônimos são principalmente definidos pelos cronistas e documentos do período colonial consultados, a partir de fronteiras espaciais, construídas sobre territorialidades estabelecidas no contato interétnico, logo são móveis se observadas na escala temporal e mutáveis quanto às categorias de pertencimento com relação à determinada identidade étnica, podendo estas se manifestar de formas diferentes de acordo com a conjuntura apresentada tanto individualmente, quanto coletivamente. Além disso, há o problema que as denominações étnicas são emanadas de documentos, em sua maior parte, não produzidos pelos grupos indígenas, sendo as denominações étnicas atribuídas a partir de um olhar externo ao grupo denominado. É ilusório pensar em etnicidades precisamente localizadas e imutáveis antes e depois da chegada dos europeus, estas estão em constante movimento e transformação, compondo-se e recompondo-se ao longo do tempo.<sup>44</sup>

Uma das questões interessantes diz respeito ao etnônimo Tabajara, um dos mais citados quando é abordada a história de Olinda e, conseqüentemente da capitania de Pernambuco. As hipóteses aceitas para o significado do etnônimo Tabajara, defendidas por Carlos Fausto, é de que podia significar inimigo, cunhado ou “os do outro lado”, o que também remete à situação de aliança e/ou de localização espacial.<sup>45</sup>

É curioso observar, por exemplo, que Duarte Coelho não se refere à esta etnia, e sim aos Caeté, palavra que para alguns autores quer dizer “mata” em Tupi, podendo isso significar algo como “os da mata” e assim teríamos um exemplo de uma denominação étnica baseada em uma fronteira mais espacial que cultural.

Em Souza os Tabajara são mencionados como fronteiros aos Potiguar pelo sertão. Em Jaboatão têm várias localizações, tendo sido os que primeiro fizeram pazes com os portugueses. Diante disto, uma das hipóteses possíveis é que a denominação, principalmente no caso de Olinda, pode ter sido atribuída a todos os grupos que estabeleceram pazes com os portugueses. É interessante observar que quando Jaboatão localiza os Tabajara na capitania de Pernambuco, os coloca ao norte de Olinda, de Itamaracá até a foz do rio Abiaí, terreno conquistado aos Caeté que habitavam esta região e fizeram pazes com os portugueses.

Finalmente, é importante também salientar que não foi localizado na pesquisa realizada nenhum aldeamento missionário na região do “sítio do campo”, nem no entorno do núcleo urbano da vila de Olinda no séculos XVI e início do século XVII. Devem ter havido aldeias indígenas antes e no início do contato na região, mas estas quando citadas, não são localizadas precisamente. As menções encontradas para o entorno do núcleo urbano da vila de Olinda neste período referem-se principalmente a engenhos e à missões realizadas por religiosos, principalmente jesuítas e franciscanos. Algumas hipóteses podem ser lançadas sobre a não existência de aldeamentos missionários na região em questão: a ação de conquista, povoamento e colonização empreendida pelo Donatário Duarte Coelho e seus descendentes incorporou o elemento indígena de uma maneira que acabou ou anulando a sua identidade étnica, seja através do casamentos entre colonos e índias, seja pela exploração da mão-de-obra, principalmente escrava ou aldeada; seja transformando-a através do jogo de alianças e da catequese. Outra questão reside na orientação presente na política de aldeamentos missionários em localizá-los em regiões de fronteira, de maneira a servir de muralha contra os inimigos externos,

ou em locais com um mínimo de proximidade dos núcleos urbanos, que poderiam interferir negativamente. Além disso, o decreto real de 1557 que permitiu a escravização dos Caeté após a morte do Bispo Sardinha também teve um papel importante no aniquilamento desta etnia na Capitania de Pernambuco ainda durante o século XVI.

O que podemos afirmar até o momento é que a presença indígena nas missões, aldeias e engenhos no entorno do núcleo urbano, embora marcante nos primeiros séculos de colonização é de difícil localização espacial, e que as denominações étnicas e a cultura material não são realidades estáticas, constituindo o seu estudo um desafio a ser assumido principalmente pelos arqueólogos, antropólogos e historiadores.

**Ricardo Pinto de Medeiros** - Professor efetivo do Departamento de História/Programa de Pós-Graduação da UFPB e professor participante do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Conservação do Patrimônio da UFPE.

## Notas

- 1 MELLO, José Antônio Gonçalves de. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada/ José Antônio Gonçalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque. Recife: FUNDAJ/Ed. Massangana, 1997, p. 100
- 2 Idem. Ibidem. p. 104
- 3 Idem. Ibidem. p. 104
- 4 STADEN, H. Duas Viagens ao Brasil. [1557]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974, p. 46
- 5 Idem. Ibidem. p. 47-49.
- 6 LEITE, Serafim (S.J.). Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil. Vol I. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954, p. 285/286.
- 7 Idem. Ibidem. p. 290/293.
- 8 Idem. Ibidem. p. 325
- 9 GANDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil. 1576. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984 (edição fac-similada), p. 10v e 11
- 10 Idem. Ibidem. p. 11v
- 11 SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (brasílica, 117)
- 12 Idem. Ibidem. p. 57/58

- 13 LUIZ, Afonso, Chamado Piloto e TEIXEIRA, Bento. Naufrágio e Prosopopéia. Texto conforme a edição de 1601, com introd., notas e glossário pelo prof. Fernando de Oliveira Mota. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969. P. 55/57
- 14 SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil - 1500 a 1627. São Paulo: Melhoramentos, 1965.p. 117/118
- 15 Idem.Ibidem. p. 118
- 16 Idem.Ibidem. p. 118/119
- 17 Idem.Ibidem. p. 120
- 18 Idem.Ibidem. p.120
- 19 Idem.Ibidem. p. 161/162
- 20 Idem.Ibidem. p. 170/171.
- 21 Idem.Ibidem. p. 171/172.
- 22 Idem.Ibidem. p. 180/181
- 23 Idem. Ibidem. p. 182.
- 24 PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa, desde o ano de seu descobrimento até o de 1724.[1730] São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.p. 60
- 25 JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasílico, ou Crônica dos frades menores da província do Brasil [1761].Parte Primeira. Vol.1 Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979; Parte Primeira: Vol. 2 e Parte Segunda: Vol. 1, 2 e 3. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980.v.1, p.12,13
- 26 Idem.Ibidem. V.1, p. 13/14
- 27 Idem.Ibidem. p. 33/34.
- 28 Idem.Ibidem. p. 34
- 29 Idem.Ibidem. v.1, p. 138
- 30 Idem.Ibidem. v. 1, p. 138/142
- 31 Idem.Ibidem. v.1 p. 146
- 32 COUTO, Dom Domingos Loreto. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco. [1759]. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. P. 19/20
- 33 Idem.Ibidem. p. 20
- 34 Idem.Ibidem. p. 146
- 35 GAMA, José Bernardo Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco.[1844] Recife: Secretaria da Justiça - Arquivo Público Estadual, 1977.
- 36 Idem.Ibidem. p. 91/92
- 37 Idem.Ibidem. p. 95/96
- 38 Idem.Ibidem. p. 96
- 39 LIMA, M. de Oliveira. Pernambuco: seu desenvolvimento histórico [1893]. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975. p.8
- 40 COSTA, F. A. Pereira da. Marim- Olinda. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, Recife, 22(107-110): 128-136, 1920.p. 136

- 41 COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1851-1923). Anais Pernambucanos. Vol.1- 1493-1590. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Arquivo Público Estadual, 1952.p. 311
- 42 Idem.Ibidem. p. 326/328
- 43 FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá,,p 381-396. In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- 44 Para um aprofundamento sobre as noções de etnicidade e identidade étnica, ver POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998. Vale salientar também, os trabalhos de ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003; SILVA, Geyza Kelly Alves da. Índios e Identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial.(1535-1716). 2004.Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco e OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.) A viagem da Volta. etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- 45 Cf. FAUSTO, op. Cit. P. 384

## Bibliografia

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da (1851-1923). Marim- Olinda. Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, Recife, 22(107-110): 128-136, 1920.
- \_\_\_\_\_. Anais Pernambucanos. Vol.1- 1493-1590. Recife: Secretaria do Interior e Justiça/Arquivo Público Estadual, 1952.
- COUTO, Dom Domingos Loreto. Desagravos do Brasil e Glórias de Pernambuco. [1759]. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1981. P. 19/20
- FAUSTO, Carlos. Fragmentos de História e Cultura Tupinambá,,p 381-396.In; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.) História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- GAMA, José Bernardo Fernandes. Memórias Históricas da Província de Pernambuco.[1844] Recife: Secretaria da Justiça - Arquivo Público Estadual, 1977.
- GANDAVO, Pero de Magalhães. História da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil.1576. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1984 (edição fac-similada)
- JABOATÃO, Frei Antonio de Santa Maria. Novo Orbe Seráfico Brasília, ou Crônica dos frades menores da província do Brasil [1761].Parte Primeira. Vol.1 Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1979; Parte Primeira: Vol. 2 e Parte Segunda: Vol. 1, 2 e 3. Recife: Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, 1980

- LEITE, Serafim(S.J.). Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil. Vol I. São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954
- LIMA, M. de Oliveira. Pernambuco: seu desenvolvimento histórico [1893]. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1975.
- LUIZ, Afonso, Chamado Piloto e TEIXEIRA, Bento. Naufrágio e Prosopopéia. Texto conforme a edição de 1601, com introd., notas e glossário pelo prof. Fernando de Oliveira Mota. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.
- MELLO, José Antônio Gonçalves de. Cartas de Duarte Coelho a El Rei. Reprodução fac-similar, leitura paleográfica e versão moderna anotada/ José Antônio Gonçalves de Mello e Cleonir Xavier de Albuquerque. Recife: FUNDAJ/ Ed. Massangana, 1997.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.) A viagem da Volta. etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.
- PITA, Sebastião da Rocha. História da América Portuguesa, desde o ano de seu descobrimento até o de 1724.[1730] São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.
- POUTIGNAT, Philippe e STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: Unesp, 1998.
- SALVADOR, Frei Vicente do. História do Brasil - 1500 a 1627. São Paulo: Melhoramentos, 1965.
- SILVA, Geyza Kelly Alves da. Índios e Identidades: formas de inserção e sobrevivência na sociedade colonial.(1535-1716). 2004. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco
- SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938. (brasiliana, 117)
- STADEN, H. Duas Viagens ao Brasil. [1557]. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:EDUSP, 1974.